

As razões por que lutamos

A série de artigos que temos escrito neste jornal sobre a nossa posição a respeito do Estatuto do Trabalho Nacional e do problema político impressionaram agradavelmente os nossos leitores. Sobretudo ficaram satisfeitos os operários em saber, mais uma vez, que não nos moviam intuítos políticos, que esta tribuna continuava fiel ao princípio sempre estabelecido de que o seu problema pode e deve ser resolvido sem necessidade de esperar que uma situação política avançada deite mãos à tarefa.

De facto, está-se criando um ambiente de tal ordem que muitos se deixaram já convencer de que o problema social não será resolvido sem uma nova e violenta estrutura política. E daí a ilusão que se tem espalhado nos meios operários de que o comunismo é a sua única e última esperança.

Conhecemos o ideal comunista e a sua indomável decisão de renovar todas as coisas pela violência e de criar uma ordem nova em que o homem desaparece perante a única realidade que é o Estado, que pretende substituir-se também no coração humano ao mesmo Deus.

Ao ver, portanto, a sedução que um ideal tão desumano vai exercendo no espírito de muitos que não amam o comunismo, mas se deixam dominar pela sua propaganda, não podemos permanecer insensíveis sem tentar mostrar-lhes que o problema social encontrará solução plena na doutrina social cristã, desde que seja compreendida e aplicada em todas as suas conseqüências.

É esta certeza que deu alento a quantos se preocupam com a alma dos operários, e aos próprios operários que não desejam perder a sua alma.

Bem sabemos que isto de salvar as almas não é preocupação em que o Estado perca tempo; que ele se liberta facilmente das suas responsabilidades alegando ser assunto da competência da religião. Mas então que a religião não seja impedida de apontar os erros que o Estado possa cometer e que acarretam consigo um evidente perigo para as almas.

Se na classe operária não se visse apenas um aglomerado de forças produtoras, nem um conjunto de indivíduos que têm ou podem ter uma influência política, talvez que não se estranhasse tanto o cuidado em defender todos os seus direitos

humanos e em exigir para os operários condições de vida material e social que lhes dê ocasião de pôr em exercício eficaz a sua própria alma.

Nós não aceitamos, com efeito, que a alma dos operários possa continuar a ser objecto de leilão. Não podemos consentir que ela se marqueje conjuntamente com a força motriz ou as matérias primas. Desejamos defendê-la da escravidão do ouro e obter para ela a liberdade de pensar e de agir como toda a alma humana, consciente das suas responsabilidades.

Esta linguagem poderá parecer estranha a quem nunca pensou na alma dos outros. Mas deixará de o ser no dia em que cada um se convencer que também é responsável por elas, qualquer que seja a sua posição no Estado, na economia ou na vida social.

Esta doutrina nos orienta e nos ilumina o programa todo de reivindicações sociais que temos vindo a defender, há já uma boa dúzia de anos.

A. V.
"O Trabalhador"
Dez. 1946